

Dilma Rousseff: O papel da mulher na política brasileira¹

Marcella Rodrigues VIEIRA²
Tylcéia Tyza Ribeiro XAVIER³
Sílvia Ramos BEZERRA⁴

Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT

Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir o papel conferido à mulher na política brasileira, revelando como, no episódio da eleição da primeira mulher a presidência em 2011, a economista Dilma Rousseff, e seu impeachment em 2016, tornou-se possível observar e reconhecer, através do recolhimento de material jornalístico do período, sua face marcadamente machista e excludente. Neste sentido, buscou-se compreender, por meio da recuperação da história das mulheres pioneiras na política, bem como da apresentação de elementos presentes na carreira política de Dilma Rousseff, a importância simbólica da ascensão feminina à presidência do Brasil no contexto das lutas feministas nacionais.

Palavras-chave: Dilma Rousseff; Brasil; Comunicação; Mulher; Política.

1. Introdução

A política no Brasil sempre foi composta em sua maioria por políticos do sexo masculino. De acordo com dados coletados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2015 apenas 10% da Câmara dos Deputados do Brasil era composta por mulheres. São 51 deputadas em contraste com 468 deputados, mostrando a má distribuição de cargos (Figura 1), mesmo com mais da metade da população de eleitores sendo feminina e o país possuindo cerca de 6,3 milhões de mulheres a mais do que homens, segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), que foi divulgada pelo IBGE.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática IJ08 - Estudos Interdisciplinares, da Intercom Júnior – XIII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de graduação em Comunicação Social - Radialismo na FCA-UFMT, email marcellarvieira@gmail.com

³ Estudante de graduação em Comunicação Social - Jornalismo na FCA-UFMT, email tylceiatyza@gmail.com

⁴ Orientadora do trabalho. Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Professora do Curso de Comunicação da Faculdade de Comunicação e Artes (FCA) da UFMT, email silviaramosbezerra@hotmail.

Distribuição de ocupantes de cargos diretivos na administração pública*, por gênero e nível (DAS), Brasil, 2014

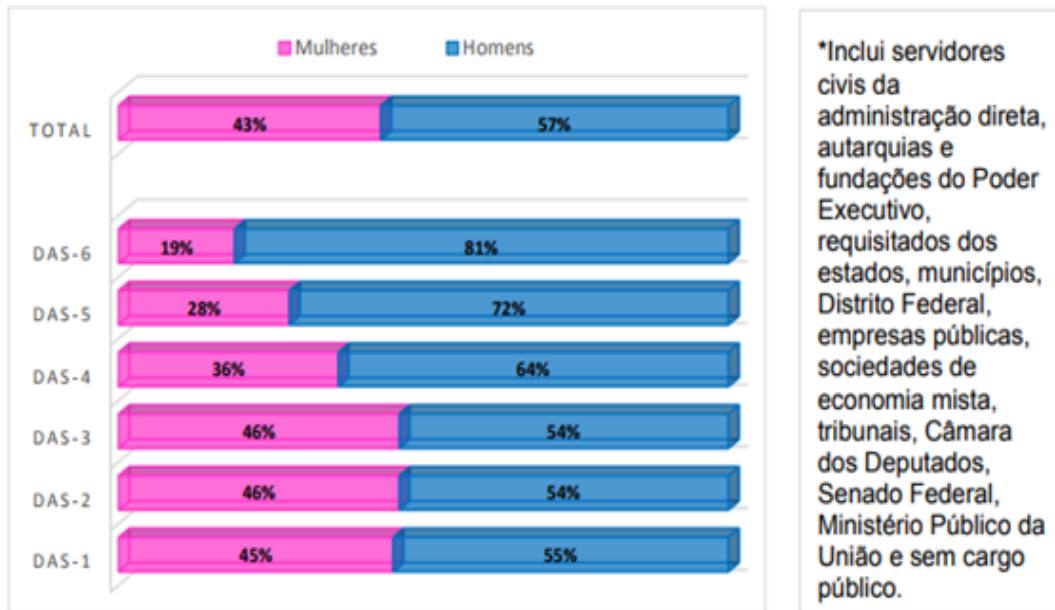


Figura 1
Fonte: Boletim estatístico de pessoal SIAPE, Brasil⁵.

Esses dados de certa forma nos impõem que façamos o seguinte questionamento, que fundamenta essa investigação, qual seja: quais as razões político-sociais justificam essa baixíssima participação feminina na política no Brasil? Os meios de comunicação contribuem para a cultura machista na política? E ainda, em que medida a cultura machista ainda presente no país pode contribuir para este estado de coisas?

Neste sentido, em busca de levantar tais respostas e para buscarmos as causas desta disparidade escolhemos analisar os diversos elementos dos meios comunicacionais presentes na ascensão e queda da ex-presidente do Brasil, Dilma Vana Rousseff, que, até então, é a única mulher a alcançar tamanho cargo na política brasileira. Pesquisamos em sites e revistas e mostraremos o quanto os meios de comunicação influenciaram para a cultura machista na política, que persiste até os dias atuais.

⁵ Boletim estatístico de pessoal/MP, vol. 19, n. 214, fevereiro de 2014.



Figura 2: Foto oficial de Dilma Rousseff
Fonte: Wikipédia⁶

2. Por que escolhemos falar da mulher na política?

A recente popularização da política entre brasileiros nos últimos anos, que gera debates e disputas tanto nas redes sociais como na vida cotidiana, faz com que interroguemos: por que não incluímos a mulher nesse âmbito? E ainda: sendo o espaço da política tão importante para definição dos rumos da sociedade, por que tanto tempo para que a mulher - que possui um papel fundamental para a continuidade da raça humana – pudesse ingressar na política e dela participar?

Historicamente, uma bibliografia vasta sobre o tema tem se formado. Recorremos, contudo, a conceito de dominação masculina (1995), do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Para o autor, o homem desfrutou historicamente de um “livre poder”, cabendo diversas restrições que foram dadas à mulher. Como esclarece Bourdieu:

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitats: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e

⁶ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Dilma_Rousseff> Acesso em: 06 de Junho. 2018

das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais (BOURDIEU, 1995, p. 45).

A filósofa francesa Simone de Beauvoir consagrou-se no debate feminista com o livro “O Segundo Sexo” (1949), em que faz o questionamento que ainda permeia as sociedades contemporâneas: “o que é ser mulher?”. Beauvoir mostra como a mulher, desde o momento que nasce, é criada para ocupar uma posição subalterna em relação ao homem, devendo manter-se na condição de mãe e esposa. A condição feminina, portanto, não é natural, mas é histórica e culturalmente construída.

Não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos: seria admitir a existência de uma natureza feminina, quer dizer, aderir a um mito inventado pelos homens para prender as mulheres na sua condição de oprimidas. Não se trata para a mulher de se afirmar como mulher, mas de tornarem-se seres humanos na sua integridade (BEAUVOIR, 1949).

Além disso, a também recente ampliação do debate feminista no Brasil, onde cada vez mais vemos se fortalecer as lutas entorno da igualdade dos gêneros, nos levou a buscar refletir sobre como o tema atual do protagonismo do papel da mulher na sociedade deve também incluir sua participação na política. É o que relatam Grossi e Miguel:

Nos últimos anos, crescem as reflexões, articulações e manifestações do movimento de mulheres e feministas, em torno da questão do acesso ao poder e do chamado *empoderamento* das mulheres. Essa também vem sendo a postura da bancada feminina no Congresso Nacional que, recorrentemente, articulada com diferentes organizações de mulheres, vem realizando ações com o objetivo de incentivar a participação de mais mulheres no âmbito do legislativo e nos demais espaços de poder. As parlamentares eleitas e as feministas militantes de partidos políticos têm influenciado seus partidos na criação de núcleos, coordenações ou articulações de mulheres, ao mesmo tempo em que têm contribuído para a introdução da política de cotas em algumas das direções partidárias (2001, p.01).

2.1 Começo feminino na política brasileira

Pelo mundo, as sufragistas, mulheres que lutaram pela garantia do direito ao voto, viram esta conquista acontecer, em certos países, apenas no começo do século XX. Como afirma Abreu:

As sufragistas argumentavam que as vidas das mulheres não melhorariam até que os políticos tivessem de prestar contas a um eleitorado feminino. Acreditavam que as muitas desigualdades legais, econômicas e educacionais com que se confrontavam jamais seriam corrigidas, enquanto não tivessem o direito de voto. A luta pelo direito de voto era, portanto, um meio para atingir um fim (2002, p. 460).

No Brasil, as mulheres conseguiram direito ao voto parcial somente em 1932, sendo permitida que votassem apenas mulheres que tivessem autorização do pai, no caso de mulheres solteiras, ou do marido. Entretanto, antes disso, em 1928, Luísa Alzira Teixeira Soriano (figura 3) foi a primeira mulher da América Latina a governar uma cidade.



Figura 3
Fonte: Quadro de mulheres⁷

Soriano liderou a cidade de Lajes no estado Rio Grande do Norte e ganhou as eleições com 60% dos votos, quando as mulheres ainda nem haviam conquistado o direito ao voto. A eleição de Luisa Soriano aconteceu graças à indicação para concorrer à prefeitura feita pela advogada Bertha Lutz, uma das responsáveis por trazer o feminismo ao Brasil⁸.

⁷ Disponível em: <<http://quadrodemulheres.blogspot.com/2010/08/luiza-alzira-teixeira-soriano.html>> Acesso em: 06 de junho de 2018

⁸ O nome mais lembrado e exaltado quando se fala na luta em prol do voto feminino no Brasil é o de Bertha Lutz, mundialmente conhecida pela sua atuação à frente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), associação feminina fundada em 1922 (KARAWEJC, 2014, p. 66).

As sufragistas obtêm vitórias importantes na década de 1930, pois, após grande mobilização, Getúlio Vargas assina, em fevereiro de 1932, o decreto que confere direito de voto às mulheres. Em 1933, brasileiras passam a poder eleger os candidatos para a Assembleia Constituinte em todo o país, sendo, contudo, o voto feminino de caráter ainda facultativo. Nessa data é eleita a primeira deputada brasileira, a pedagoga, médica e escritora Carlota Pereira de Queirós (figura 4).



Figura 4

Fonte: Vote numa feminista⁹

Em 1934, com a promulgação da Carta Magna de 1934, o direito feminino de voto passa a ser obrigatório e a mulher passa a poder votar sem quaisquer restrições. Consagra-se, desta forma, definitivamente, o direito feminino ao voto.

Com a queda de Vargas, em 1945, o país retorna à democracia e elabora-se uma nova Constituição. A Carta de 1946 não retrocede quanto ao direito de voto das mulheres e torna-o obrigatório. Art. 133. O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei. (BRASIL, 1946) (MARQUES, 2018, p. 123).

Mesmo com sua participação sendo iniciada a partir daí, somente décadas depois o Brasil vai eleger sua primeira presidente em 2011. A primeira mulher chegou à presidência do Brasil, após 35 presidentes do sexo masculino terem chegado ao poder. Na década de 70, as mulheres representavam 35% do eleitorado, ultrapassando a marca dos 50% no ano de 2006, quebrando finalmente a maioria masculina no voto. Em

⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/votenumafeminista/posts/1414933925190181:0>> Acesso em: 06 de junho de 2018

relação à disputa eleitoral, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o número de candidaturas femininas alcançou 31,7% do total de registros nas últimas eleições de 2012, o que significa certo avanço.

3. Dilma Rousseff

Dilma Vana Rousseff nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 14 dezembro de 1947. Rousseff formou-se em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, após ter sido presa e torturada durante três anos sob o regime militar.

A carreira da ex-presidente Dilma iniciou-se muitos anos antes de seu auge na Presidência da República. Ao cursar o Ensino Médio em 1964, Dilma Rousseff ingressou no Movimento Estudantil do colégio, que na época chamava-se Colégio Estadual Central, para lutar contra o regime ditatorial que fora imposto no Brasil.

Durante esse mesmo anos, a ex-presidente também aliou-se ao Partido Socialista Brasileiro, até ao optar pela luta armada contra a ditadura, atuando no grupo Comando de Libertação Nacional (COLINA), uma organização de extrema-esquerda que lutava contra o regime militar imposto.

Em 1969, Rousseff começou a defender os ideais políticos da organização Vanguarda Armada Revolucionário Palmarensis (VAR-Palmarensis), um grupo de extrema-esquerda que, assim como o COLINA, defendia a luta armada contra a repressão ditatorial. Nesse mesmo ano, Dilma foi enviada para São Paulo com o encargo de manter em segurança as armas de seu grupo, sendo capturada no ano seguinte, em 1970 pela Operação Bandeirante (OBAN) e pelo Departamento de Ordem Política Social (DOPS), ficando presa e sofrendo torturas até o ano de 1972, quando deixou a prisão.

Nos anos que se seguiram, Rousseff se graduou e trabalhou arduamente na política, tendo passado pela Secretaria Municipal da Fazenda, Secretaria Estadual de Energia, Minas e Comunicações, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Casa Civil e percorreu um longo caminho repleto de altos e baixos e polêmicas, tornando-se em 2011 a 36ª presidente da República do Brasil, entre os anos de 2011 e 2016, quando sofreu um impeachment por aquilo que ficou midiaticamente conhecido por “pedaladas fiscais”; na verdade, juridicamente, o uso de decretos de crédito suplementar, e foi deposta da presidência antes do fim de seu segundo mandato.

4. Dilma Rousseff e o machismo

Visando observar como a cultura machista brasileira teve influência na carreira política de Dilma Rousseff, no transcurso desse trabalho, recolhemos, a título de demonstração, capas das principais revistas semanais brasileiras entre os anos de 2010, ano de candidatura, a 2016, ano de seu impeachment.

Desde que iniciou sua campanha ao cargo de presidente da República em 2010, Dilma Rousseff enfrentou a cultura machista brasileira. A sua ascensão eleitoral também foi marcada por discursos incrédulos do potencial técnico de seu futuro governo.

Após sua posse, Dilma continuou a sofrer ataques misóginos constantes, muitos vindos da na internet. Em 2011 enquanto a então presidente, Dilma Rousseff estava com sua comitiva do Partido Trabalhista (PT), nos Estados Unidos, foi insultada pelo jovem Igor Gilly, que infiltrado a chamou de “vagabunda”, sendo aclamado pelo público contrário à Dilma, na internet. Entretanto, os comentários não terminaram em Igor; mais tarde no mesmo ano, o deputado Jair Bolsonaro, em seu discurso na tribuna da Câmara pediu pra Rousseff parar “de mentir” e assumir “se gosta de homossexual”, “se o teu negócio é amor com homossexual, assuma” disse o deputado, se referindo à mais um estereótipo de que sendo uma mulher de ideais e imponente, logicamente, não teria um homem ao seu lado e seria homossexual.

Já em 2015 durante o processo de impeachment sofrido pela ex-presidente, o já citado Deputado Jair Bolsonaro, ao dar o seu voto favorável ao processo na Câmara de Deputados, em seu discurso votou pela memória do já falecido Coronel Brilhante Ustra, que foi condenado na Justiça por tortura e sequestro na Ditadura Militar. Ustra foi chefe do Doi-Codi, considerado o pior órgão de repressão da ditadura militar, além de ter estuprado e torturado não só Dilma Rousseff, como outras mulheres que eram de esquerda naquela época, dando ao comentário do deputado o ideal machista.

Ao analisarmos alguns meios de comunicação que de alguma forma proferiram comentários machistas contra a então presidente, percebemos e focamos na revista Istoé, por ser um meio que se posicionava durante o período eleitoral de Dilma em 2011, e que durante a campanha, divulgava pesquisas de intenção de voto de fontes questionáveis e, depois, mostrou-se defensora do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) partido de oposição ao PT – o partido de campanha da ex-presidente Dilma Rousseff; e durante as crises no mandato da então presidente iniciadas em 2015, a revista logo apelou para a misoginia estampada na capa de sua revista

(figura 5), ou melhor, apelaram para o estereótipo criado há tempos; o estereótipo da mulher louca, da histeria feminina, um estereótipo que começa a ser notado como machista no livro *O Papel de Parede Amarelo*, de Charlotte Gilman, em 1891. Tendo isso, em um dos trechos da revista, é dito por fontes internas ligadas a Dilma que:

Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. Assessores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturdidos com o seu comportamento às vésperas da votação do impeachment pelo Congresso. Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca. (ISTOÉ, 2016).

Essas fontes, um tanto quanto questionáveis, traziam para a edição da Istoé, uma nova face da presidente, uma Dilma que nunca antes havia sido mostrada; a edição tinha a intenção de trazer um lado frágil e incapaz de Rousseff, em que a mesma nem mesmo conseguia controlar seus “ataques”, que dirá presidir uma República.

E em 2016 quando Dilma é deposta e sofre o processo de Impeachment, a própria ex-presidente disse que a razão era absolutamente falsa e mentirosa, e também machista além de dizer que “eles acham que as mulheres são frágeis”, apesar de ter mostrado toda a sua força não só durante o seu mandato, mas também em sua trajetória na política, tendo sido torturada durante a ditadura militar.

Após assumir o mandato, seu vice-presidente Michel Temer intera sua gestão de ministros composta totalmente por homens brancos, ou seja, mais um golpe a estrutura de diversidade criada por Dilma Rousseff ao longo dos seus dois mandatos, que contava com ministros homens e mulheres de diferentes etnias, entretanto apesar disso, mal foi noticiado pela mídia a nova estrutura masculina reiterada pelo novo presidente, Michel Temer.



Figura 5: Capa da revista Istoé.
Fonte: Istoé¹⁰

5. Impeachment e a incapacidade feminina

Após as mais variadas perseguições sofridas pela ex-presidente, em dezembro de 2015 dá-se início ao processo de impeachment em Dilma Rousseff, por crime de responsabilidade (lei orçamentária e lei de improbidade administrativa¹¹). Durante esse processo de deposição da então presidente, o que se via não eram apenas comentários a respeito do que estava sendo investigado, mas também sobre o fato dela ser uma mulher e de idade mais avançada, que não agradava fisicamente o desejo dos brasileiros. Dilma estava sendo julgada por seu porte físico ou roupas que usava a todo o momento, a revista *Época* chegou até mesmo a insinuar sobre a vida sexual de Rousseff, algo não apropriado pra se falar sobre alguém, muito menos sobre a presidente da República.

Logo que o impeachment se tornava algo real, o vice-presidente Michel Temer começou a aparecer cada vez mais na mídia, e com isso sua esposa Marcela Temer que havia sido lembrada apenas na posse de Dilma Rousseff por sua beleza, tornou a chamar a atenção em 2016 quando já tinha 33 anos e virou alvo de comentários sobre sua beleza

¹⁰ Disponível em: <https://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/> Acesso em 06 de junho de 2018.

¹¹ Lei 8429/92 estabelece quatro espécies de atos de improbidade: os que importam enriquecimento ilícito (art. 9º); os que causam lesão ao patrimônio público (art. 10); os que decorrem de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário (art. 10-A); e os que atentam contra os princípios da Administração Pública (art.11).

(figura 6) e dotes domésticos, e claro alvo de críticas por ser 43 anos mais novas que o marido; deixando nítido que as críticas sempre rondam as mulheres de todos os lados, sendo ou não o foco da atenção. Um tema de repercussão mundial e sério como a deposição de uma presidente, vira assunto e com isso a antiga ideia de “rivalidade feminina” é lançada pela mídia, ao fazer comparações entre Dilma Rousseff e Marcela Temer; não havia comparações sobre as carreiras políticas de Rousseff e Temer, mas sim entre a então presidente e a futura primeira-dama, fato que reafirma o interesse midiático de faturar em cima de “rixas” femininas, que são sempre empregadas em novelas e séries, criando esse paralelo do que é a real ou não. Marcela Temer tornou-se tão comentada que em 2016, a revista *Veja* que é popular no Brasil, publicou uma matéria com o título “Bela, Recatada e do lar”, referindo-se à nova primeira-dama, o que gerou revolta nas mídias sociais que criticaram a manchete, que impôs o tipo mulher e esposa “exemplo”, insinuando que o lugar de uma boa mulher é em seu lar doméstico. Ao analisarmos isso, vimos que os meios de comunicação são fagulhas que podem desencadear um onda de revoltas, no caso, uma onda de machismo lançada contra a ex-presidente.

Durante todo o seu mandato Dilma Rousseff foi alvo de críticas não só ao seu governo, mas ao seu guarda-roupa, gerando imagens de piada na internet e sendo julgada por seu modo de vestir-se (Figura 6.1). As críticas ao vestuário não são comuns a um presidente do sexo masculino, então se tornava visível que isso se dava por Dilma ser uma presidente do sexo feminino, já que a roupa de uma mulher é sempre mais apontada e julgada.

Entretanto, as “piadas” de péssimo gosto, foram tornando-se mais ofensivas, sendo comparadas à forma de governo de Rousseff; diziam os críticos que se a presidente não mudava seu guarda-roupa, que dirá mudar o Brasil (Figura 6.2), colocando em pauta comparações incabíveis de que se uma mulher não sabe se arrumar, então não fará mais nada de útil; esse é o mito da incapacidade feminina, que baseia-se apenas nas aparências femininas e julgam sua capacidade primeiramente por meio de sua beleza. Se uma mulher é bonita demais ou se arruma demais, dizem que ela então não é inteligente e é incapaz, porém como no caso de Dilma, se ela não se veste como acham que ela deveria se vestir, também é tratada como incapaz, mostrando um machismo cada vez mais infundado.

Ademais, como mostrado acima, é visto que o machismo ainda existe, porém existem também aqueles que acreditam no fim da desigualdade de gênero e lutam por igualdade, um exemplo disso, é que no dia 22 de maio de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) decretou que a partir deste ano, os partidos obrigatoriamente devem passar pelo menos 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para candidatura de mulheres, trazendo a esperança de que apesar das injúrias machistas que Dilma Rousseff teve que sofrer, algo poderia ser tirado e mostrou o quão importante é, as mulheres ingressarem na política e se tornarem ativas, tomando seus lugares e acreditando que todos merecemos direitos iguais.



Figura 6: comentários sobre Marcela Temer
Fonte: Rede Social *Facebook*



Figura 6.1: Comparação da roupa de Dilma Rousseff
à uma capa de botijão de gás.
Fonte: Ego¹²

¹² Disponível em: <<http://ego.globo.com/famosos/noticia/2015/01/roupa-de-dilma-rousseff-na-posse-de-2-mandato->



Figura 6.2
Fonte: Gerador Memes¹³

6. Considerações Finais

Estudar e analisar o processo evolutivo feminino na política e mostrar a carreira da primeira presidente mulher do Brasil até o seu processo de impeachment, mostrou que muitos dos que a criticavam não estavam se importando com o que ela tinha feito ou não, tendo em vista que diversos comentários e ataques misóginos foram lançados contra Rousseff, como a capa da Revista Istoé, exemplificada no texto, que retratava ataques de histeria e estresse, que Dilma poderia estar tendo; trazendo estampada sua “fragilidade feminina” mostrando assim, a face machista que muitos tinham e que a mídia trazia, no seu processo de deposição. Foi visto que a sociedade ainda continua com o machismo enraizado, e quando uma mulher seja ela, Dilma Rousseff ou não, não condiz com que se esperava, julgamentos e críticas machistas são sempre as primeiras coisas a serem ditas; o que muitos tratam com normalidade e de forma cotidiana, como o já citado ataque do deputado Jair Bolsonaro à presidente, que por mais que tenha tido uma repercussão momentânea nos meios de comunicação, logo foi esquecido, e o mesmo continua a ganhar mais e mais seguidores de sua forma política.

Foi visto que muitos dos textos e citações machista a respeito de Dilma Rousseff, eram provenientes de meio de comunicação, como as revistas citadas. Isso

vira-piada-na-web.html> Acesso em: 14 de junho de 2018.

¹³ Disponível em: <<http://geradormemes.com/system/search.php?term=dilma+rousseff&type=characters>> Acesso em: 14 de junho de 2018.

mostrou-nos que apesar de haver uma caracterização da mídia imparcial, é perceptível que a realidade não é bem assim.

Mesmo como toda trajetória da mulher na política, ainda sim, ela não é valorizada tanto quanto o homem, e até 2018, continua sendo minoria no âmbito político; entretanto é visto que desde que a ex-presidente Dilma Rousseff lançou-se concorrente à presidência e obteve sucesso, cada vez mais mulheres começam a participar, e os partidos eleitorais incentivam e lançam mulheres à candidatura, além de diversas publicidades e meios de comunicação que convidam a mulher a se engajar e participar da política.

7. Referências

- AB'SÁBER, Tales. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.
- ABREU, Maria Zina Gonçalves de. Luta das Mulheres pelo Direito de Voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores, Ponto Delgada, 2ª série, VI, 2002.
- BARANOV, Tâmara. **A conquista do voto feminino**. Rio Claro, São Paulo, 2014.
- BARBARA, Leila. GOMES, Maira Carmen Aires. **Mulheres, Política e Mídia: Algumas incursões em torno da representação sociocultural de Dilma Rousseff**. PUC-SP, UFV, 2012.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. - 11º ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 1998.
- BRASIL. **Cresce a participação de mulheres em cargos de comando na Câmara**. Brasília, DF, 2015. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/482910-CRESCE-A-PARTICIPACAO-DE-MULHERES-EM-CARGOS-DE-COMANDO-NA-CAMARA.html>> Acesso em 06 de junho de 2018.
- BRASIL. **Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais. Ministério do Planejamento**, vol. 19, n. 214, fevereiro de 2014.
- BRASIL. **Mulheres conquistam direitos nos últimos 100 anos**. 2014. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/03/mulheres-conquistam-direitos-nos-ultimos-100-anos>> Acesso em 07 de junho de 2018.
- GILMAN, Charlotte. **O Papel de Parede Amarelo**. 1891.
- GROSSI, MÍRIAM PILLAR; MIGUEL, SÔNIA MALHEIROS. Transformando a diferença: as mulheres na política. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100010&lng=en&nrm=isso> Acesso em: 01 julho de 2018.

KARAWEJCZ, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan.-jun. 2014.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dilma, o feminismo e o machismo**. São Paulo, 2016.

O GLOBO. **TSE:Partidos devem repassar 30% do fundo eleitoral para campanhas de mulheres**. 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/tse-fundo-eleitoral-deve-destinar-30-dos-recursos-para-campanhas-de-mulheres.ghtml>> Acesso em 14 de junho de 2018.

SUA PESQUISA. **Participação na mulher na política brasileira**. 2014. Disponível em <https://www.suapesquisa.com/pesquisa/mulheres_politica.htm> Acesso em 07 de junho de 2018.

TODA MATÉRIA. **Democracia no Brasil**. Disponível em <<https://www.todamateria.com.br/democracia-no-brasil/>> Acesso em 06 de junho de 2018.

ÚLTIMO SEGUNDO. **Dilma Vana Rousseff**. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/dilma-rousseff/53e8e018a5fea40938000077.html>> Acesso em 06 de junho de 2018.